

Síndrome do Meio Mandato

Junho de 2007. Precisamente daqui a dois anos, estaremos a viver o período pré-eleitoral para as Legislativas de Outubro de 2009. Governo e oposição farão, nessa altura, o ponto de situação do país nas mais diversas áreas, mas o que verdadeiramente importa para este artigo será a resposta à seguinte pergunta: estará a Educação melhor do que estava há dois anos, quando a actual equipa do Ministério da Educação (ME) tomou posse?

Sendo por natureza um optimista, gostaria de pensar que sim, sobretudo porque o país precisa que assim seja. Contudo, neste primeiro semestre, o Ministério da Educação tem dado sinais preocupantes de uma “doença” a que chamo de Síndrome do Meio Mandato, que se caracteriza por uma estranha descoordenação e precipitação políticas e uma nada aconselhável indefinição quanto ao futuro.

Não posso dizer que esta síndrome seja de alguma forma surpreendente. É justo que se diga que outras equipas houve, no passado, que sofreram do mesmo mal, mas é um facto que a forma como o ME tem gerido a sua agenda deixava adivinhar esta situação.

Por razões várias e sobejamente conhecidas, a actual equipa ministerial foi recebida com bastante expectativa. À sua espera estavam várias matérias complexas e decisivas para o futuro do país, a exigirem uma análise profunda e urgente, o que levou o ME a constituir comissões para esse efeito, até porque, em abono da verdade, havia a consciência que a ministra e os seus secretários de



Estado tinham algum desconhecimento sobre a maioria dos dossiês. Acontece que, infelizmente, o trabalho dessas comissões demorou mais do que o exigido e é perceptível que só agora o ME tem nas suas mãos as conclusões por elas apontadas – e esta demora fez com que, entretanto, fossem cometidos vários erros, alguns bastante graves, que contribuíram para o fim do estado de graça de que beneficiou, sobretudo, junto da opinião pública e publicada.

Desses erros, ressalta a generalização da aplicação da TLEBS a todos os estabelecimentos de ensino em “regime de experimentação”, o primeiro de particular gravidade por, na prática, levar à transformação de centenas de milhares de alunos em autênticas “cobaias”. Felizmente, e só após uma considerável pressão de vários sectores da sociedade, esse processo foi travado; mas a verdade é que fica por calcular os danos que esse processo causou e continuará a causar aos nossos alunos,

sobretudo porque o Ministério da Educação ainda não decidiu – ou, se decidiu, ainda não comunicou – o que fazer com a disciplina de Língua Portuguesa nos 4.º e 7.º anos de escolaridade, pois alunos e professores continuam a utilizar recursos educativos concebidos de acordo com as orientações da TLEBS.

Este é um dos exemplos da descoordenação política do ME. Mas, infelizmente, há muitos outros, alguns ainda do desconhecimento público, outros que, apesar de divulgados, passam estranhamente despercebidos, de que é exemplo as recentemente anunciadas alterações no Ensino Secundário.

Para quem não percebeu, o que o ME fez aprovar em Conselho de Ministros foi uma autêntica revisão curricular encapotada, pois, até ao momento em que escrevo este artigo, não se tornou público todo o alcance das medidas anunciadas: quais as disciplinas que desaparecerão ou serão “transferidas” de ano, que meios permitirão o reforço da componente laboratorial, que escolas estarão envolvidas, e muitos outros detalhes.

Como se isto não fosse suficientemente grave, atente-se no facto de o ME avançar com tão importante processo a cerca de dois meses do início do ano lectivo e numa altura em que milhares de escolas estão a realizar as adopções dos novos manuais para o 10.º ano de escolaridade – ou seja, a grande maioria dos manuais escolares que os professores estão a analisar e a escolher, e que as famílias vão comprar antes de Setembro, ficou automaticamente desactualizada devido a uma decisão política da ministra da Educação. E nem os professores nem os pais têm conhecimento do que se passa.

Nos próximos dias, perto de 100 000 alunos farão as suas opções na inscrição para o 10.º ano, as quais condicionarão toda a vida futura, académica e profissional. E terão de o fazer sem saberem ainda quais as disciplinas de cada curso. Parece ficção, mas é a realidade.

Outro exemplo: devido aos fracos resultados que se registam ao nível da aprendizagem da Matemática, e pela confusão que se instalou no ensino da Língua Portuguesa com a TLEBS, o ME anunciou a constituição de equipas de trabalho para a

“100 000 alunos farão as suas opções [...] sem saberem ainda quais as disciplinas de cada curso. Parece ficção, mas é a realidade.”

formulação de novos programas curriculares para aquelas disciplinas. Tal medida, louvável e provavelmente justificada, fez com que, inclusive, se suspendesse a adopção dos respectivos manuais ao nível do 8.º ano, o que, apesar de provocar elevados prejuízos aos editores, mereceu destes total compreensão e colaboração. Contudo, passado este tempo, é legítimo perguntar: (i) quem integra essas comissões; (ii) quais as orientações e os objectivos traçados para essas equipas de trabalho; (iii) que prazo foi estipulado para a conclusão dos novos programas; (iv) e quando e como serão implantados: em regime experimental nalgumas escolas ou sob a variante da “experimentação generalizada”?

Seria desnecessário dizer o quanto Portugal precisa que a Educação beneficie de uma política consistente e planificada numa perspectiva de médio/longo prazo, mas ao que temos assistido é tão-somente um conjunto de decisões avulsas e precipitadas que, apesar de algumas serem positivas, na maior parte das vezes ora obedecem a uma visão algo estranha sobre qual o papel do Estado numa sociedade moderna, ora procuram satisfazer preconceitos estabelecidos na sociedade.

Faltam dois anos para o fim do mandato, tempo mais do que suficiente para que o ME evidencie os benefícios da política seguida. Mas, para isso, importa que se cure rapidamente da síndrome e aprenda a distinguir evolução da mera alteração fortuita, que só conduz a resultados inferiores aos anteriores.

O país e, sobretudo, os nossos alunos – que, nunca é demais lembrá-lo, são o nosso futuro – merecem, de quem conduz o ME, uma outra visão sobre a Educação e mais articulação, e não um exercício de centralismo prepotente na abordagem dos problemas. :

Vasco Teixeira

Editor